



## CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL – CRESS 25ª REGIÃO/TO

### RESOLUÇÃO Nº 213/2015

De 20/11/2015

Estabelece o valor da anuidade para o exercício de 2016 de pessoa física e o patamar da anuidade de pessoa jurídica, no âmbito do CRESS 25ª Região e determina outras providências.

O Presidente do Conselho Regional de Serviço Social – CRESS da 25ª Região, no uso de suas atribuições legais e regimentais. Considerando as disposições constantes na Resolução CFESS Nº 378/1998.

**CONSIDERANDO** as deliberações do **44º Encontro Nacional CFESS/CRESS**, realizado no Rio de Janeiro/RJ de 04 a 08 de setembro de 2015 conforme Resolução Nº. 724 de 02 de outubro de 2015, relativa ao estabelecimento dos patamares mínimo e máximo para a fixação da anuidade de pessoa física e o estabelecimento do valor da anuidade de pessoa jurídica, bem como a fixação dos valores de multas, juros, taxas e todas as demais condições, decorrentes da fixação do valor da anuidade, tudo para o **exercício de 2016**;

**CONSIDERANDO** a necessidade social da receita proveniente das anuidades e outros, de forma a possibilitar a adequada execução e encaminhamento das atividades e ações de atribuição legal dos Conselhos Federal e Regionais de Serviço Social;

**CONSIDERANDO** a obrigação, de competência dos Conselhos Regionais de Serviço Social, relativa à responsabilidade com a arrecadação de todas as contribuições que são devidas pelas pessoas físicas e jurídicas, inscritas em sua jurisdição;

**CONSIDERANDO** a disposição do artigo 13, da Lei 8662/93 de 07 de junho de 1993, que estabelece, expressamente, que a inscrição nos Conselhos Regionais sujeita os Assistentes Sociais ao pagamento das contribuições compulsórias (anuidades), taxas e demais emolumentos que forem estabelecidos em regulamentação baixada pelo Conselho Federal, em deliberação conjunta com os Conselhos Regionais;

**CONSIDERANDO** as deliberações na Assembleia Geral Ordinária de Assistentes Sociais realizada no dia 09 de novembro de 2015.

**RESOLVE:**

**Art.1º** - Fixar a anuidade de pessoa física, a ser cobrada pelo Conselho Regional de Serviço Social – CRESS 25ª Região - TO, no exercício 2016, dos profissionais - assistentes sociais - inscritos e a se inscreverem no valor de R\$ 416,39 (quatrocentos e dezesseis reais e trinta e nove centavos) e para as pessoas jurídicas no valor de R\$ 503,49 (quinhentos e três reais e quarenta e nove centavos).

**Parágrafo Primeiro:** Os prazos para pagamento da anuidade em cota única nos meses de janeiro, fevereiro, março, abril, serão os seguintes, de acordo com a deliberação do 44º Encontro Nacional CFESS/CRESS:

- I- 31 (trinta e um) de janeiro de 2016, com vencimento do dia 5 ao dia 15 do mês de fevereiro;
- II- 28 (vinte e oito) de fevereiro de 2016 com vencimento do dia 5 ao dia 15 do mês de março;
- III- 31 (trinta e um) de março de 2016 com vencimento do dia 5 ao dia 15 do mês de abril;
- IV- 30 (trinta) de abril de 2016 com vencimento do dia 5 ao dia 15 do mês de maio.

**Parágrafo Segundo:** A anuidade de 2016 que for quitada, neste mesmo exercício, em cota única nos meses de fevereiro, março e abril terá os seguintes descontos:

- I- 15 de fevereiro de 2016 - 15% (quinze por cento);
- II- 15 de março de 2016 - 10% (dez por cento);
- III- 15 de abril de 2016 - 5% (cinco por cento);
- IV- 15 de maio de 2016 - valor integral, sem desconto.

**Parágrafo Terceiro:** A anuidade de 2016 poderá ser paga em até 6 (seis) parcelas, com valores iguais e sem desconto, cujas datas de vencimento serão:

- 1ª. Parcela - do dia 5 ao dia 15 de fevereiro de 2016;
- 2ª. Parcela - do dia 5 ao dia 15 de março de 2016;
- 3ª. Parcela - do dia 5 ao dia 15 de abril de 2016;
- 4ª. Parcela - do dia 5 ao dia 15 de maio de 2016;
- 5ª. Parcela - do dia 5 ao dia 15 de junho de 2016;
- 6ª. Parcela - do dia 5 ao dia 15 de julho de 2016.

**Parágrafo Quarto:** A anuidade não paga em cota única até o quinto dia útil de maio de 2016, ou parcela não quitada nas datas de vencimento, indicadas no parágrafo 3º deste artigo, sofrerão os seguintes acréscimos:

- I- Multa de 2% (dois por cento) incidente sobre a anuidade;
- II- Juros simples de 1% (um por cento) ao mês.

**Parágrafo Quinto:** As anuidades relativas a exercícios anteriores a 2016, não quitadas, sofrerão os mesmos acréscimos mencionados no parágrafo 4º deste artigo, inclusive em relação à incidência da multa de 2% (dois por cento).

**Parágrafo Sexto:** A anuidade não paga em cota única e não parcelada até o quinto dia útil de junho de 2016, poderá ser parcelada em até 06 (seis) vezes, a critério do/a profissional interessado (a), sofrendo os acréscimos previstos no parágrafo 4º do presente artigo.

**Parágrafo Sétimo:** Os acréscimos referidos no parágrafo 4º do presente artigo devem ser calculados sobre o valor da anuidade, no mês em que for efetuado o pagamento.

**Art. 2º** - A anuidade a ser paga integral ou proporcional, conforme o caso, pelo profissional, no ato da inscrição perante o Conselho Regional de Serviço Social competente, poderá ser parcelada em até 03 (três) vezes, a critério exclusivo deste(a), desde que a última parcela não ultrapasse o mês de **junho de 2016**.

**Parágrafo Primeiro** - O profissional que se inscrever a partir do dia 01 de julho de 2016, deverá efetuar o pagamento da anuidade proporcional, em cota única.

**Parágrafo Segundo** - Fica concedido ao profissional, no ato da primeira inscrição de seu registro profissional, o desconto de 10% (dez) por cento do valor da anuidade, seja ela integral ou proporcional.

**Art. 3º**- Depois de firmado o “Termo de Parcelamento de Confissão de Dívida” fica limitado em até mais duas vezes, no máximo, o reparcelamento de tais débitos havidos com o CRESS, conforme deliberação do 44º Encontro Nacional CFESS/CRESS.

**Art. 4º** - Os valores das taxas, a partir da fixação da anuidade, terão os seguintes limites máximos:

I- Inscrição de Pessoa Jurídica (abrangendo a expedição do Certificado de Pessoa Jurídica)	<b>R\$ 98,91</b>
II- Inscrição de Pessoa Física (abrangendo a expedição de Carteira e Cédula de Identidade Profissional)	<b>R\$ 79,12</b>
III - Substituição de Carteira de Identidade Profissional ou expedição de 2º. Via.	<b>R\$ 59,32</b>
IV- Substituição de Cédula de Identidade Profissional ou expedição de 2º. Via.	<b>R\$ 59,32</b>
V- Substituição de Certificado de Registro de Pessoa Jurídica	<b>R\$ 39,54</b>

**Art. 5º** - Os casos omissos serão resolvidos pelo Conselho Federal de Serviço Social, por deliberação de seu Conselho Pleno.

**Art. 6º** - Esta Resolução passa a surtir seus regulares efeitos de direito, na data de sua assinatura.

**Dê-se Ciência.**

Palmas, 20 de novembro de 2015.

  
**Jurimar Mendes Lima Junior**  
A.S. 0602- CRESS 25ª Região TO  
Conselheiro Presidente